

**Artigos originais**

A complexa dinâmica da divulgação científica

O caso da Revista Ciência & Saúde Coletiva¹



Maria Cecília de Souza Minayo

Revista Ciência & Saúde Coletiva e Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde / Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil
cecília@claves.fiocruz.br

Resumo

Neste artigo busco descrever, analisar e problematizar o processo de comunicação, de disseminação e de divulgação científica. Utilizo como base reflexiva o desempenho da Revista Ciência & Saúde Coletiva nos seus onze anos de existência e busco articular a reflexão deste caso com o “campo de interesses” que constitui o processo de comunicação, indexação e conseqüentemente, valorização do veículo, dos editores e dos autores no cenário internacional. Metodologicamente, os dados publicados e ilustrados fazem parte do arquivo da Revista citada, tendo sido categorizado e analisado por mim, com a colaboração da editoria executiva da revista. Nas análises e conclusões, procuro mostrar que no campo da ciência e da tecnologia, o “ouro do século XXI” não há lugar para ingenuidades. No entanto, existe espaço sim, para cooperação nacional e internacional e para dar uma razão social à produção acadêmica: ciência para a sociedade.

Palavras-chave

Ciência & tecnologia em saúde, comunicação científica em saúde, divulgação científica em saúde, campo da saúde coletiva

Introdução

Este artigo tem a finalidade de problematizar a questão da comunicação, da disseminação e da divulgação científica. Para isso na sua primeira parte, descrevo o processo de construção da Revista Ciência & Saúde Coletiva, da qual sou editora científica, em seus onze anos de existência. Na segunda parte, discuto o esforço individual e coletivo que vimos empreendendo para conseguir disseminar corretamente as informações sobre os autores e seus artigos e todos os percalços, dificuldades, interesses e problemas presentes nessa última etapa do processo de produção científica.

Ao tratar da história de um periódico científico específico, minha hipótese é de que estarei pautando questões que transcendem a idiosincrasia de uma revista e poderiam ser generalizados (com os devidos cuidados) no que se refere à disseminação e à divulgação científica. Neste texto, gostaria de chamar atenção dos colaboradores para uma reflexão mais profunda e ampliada, abrindo os horizontes de quem, cada um por si, está preocupado com sua produção, com seu artigo, com o lugar que a revista ocupa no concerto das publicações científicas visando unicamente seus créditos pessoais na carreira. Faço isso, no pressuposto de que repartir problemas e

responsabilidades significa também o fortalecimento de todos os atores e o aumento das possibilidades de superação dos desafios, por vezes gigantescos, com que nós, os editores científicos, nos deparamos.

Material e método

Todos os dados quantitativos apresentados neste artigo foram organizados a partir dos arquivos de informação da Revista *Ciência & Saúde Coletiva* armazenados até 2005 em papel e nos relatórios técnicos anuais enviados ao CNPq cujas cópias estão arquivadas. A partir de 2006, as informações estão armazenadas em planilhas eletrônicas. Junto com a editoria executiva elaboramos categorias de análise da produção e resumimos os dados no quadro síntese aqui publicado. Esses dados foram então transformados em vários gráficos. Neste estudo, por padronização exigida do periódico, apresentamos apenas quatro ilustrações. A segunda parte do artigo, consistiu num diálogo com a história da Revista e com autores que analisam criticamente o campo da comunicação científica.

Conceito de comunicação, de disseminação e de divulgação científica

Toda atividade científica começa pela elaboração de um projeto ou protocolo, que, variando muito pouco, empreende os seguintes passos: revisão de literatura, aprimoramento dos instrumentos observação ou de coleta de dados, atividades de observação ou de investigação de campo e construção das várias etapas de análise (ordenação, classificação, articulação entre dados e teorias e síntese dos resultados). Geralmente o produto final de uma pesquisa é um relatório que inclui todas as etapas de produção do trabalho e é o celeiro das descobertas e achados a serem comunicados nos veículos especializados, ao final e durante a elaboração da investigação.

Há três expressões geralmente utilizadas para referência das atividades retóricas e dos meios utilizados pelos cientistas para interagirem com o público: comunicação, disseminação e divulgação. Tentarei defini-las. No entanto, ressalvo que lendo a literatura sobre o assunto, essas três expressões são bastante imprecisas e intercambiáveis e não existe um rigor conceitual na designação dos processos em questão. Com a finalidade deste texto tentarei diferenciá-las. Defino comunicação científica como a troca de informações entre os membros da comunidade acadêmica. GARVEY (1979) inclui no conceito de comunicação as atividades de disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma idéia e constrói seu projeto. Geralmente esse processo ocorre informalmente, diz ele, (reuniões nos horários de almoço, por e-mail, nos corredores e bastidores de encontros e congressos). E formalmente por meio de artigos, livros, seminários, apresentação em congressos e outros. Portanto, a comunicação é uma fase do processo científico de responsabilidade do investigador, que se formaliza em comum acordo com as editorias científicas, pois ao autor cabe apresentar sua

pesquisa, embora de forma padronizada e normalizada pela revista ou por outros meio de disseminação ou de divulgação que ele escolher. A etapa da comunicação tem por finalidade incluir a pesquisa e o pesquisador na cena e no debate nacional e internacional sobre o assunto específico que investiga.

Já a disseminação eu a defino, neste texto, como o processo orientado para fazer chegar a um público especializado a comunicação da informação científica e tecnológica, transcrito em códigos e veículos peculiares à área de conhecimento. Essa atividade é realizada, geralmente por editores científicos de livros, revistas e outros meios, inclusive os eletrônicos. Disseminar os resultados das pesquisas e do debate acadêmico de determinada área constitui um processo de trabalho específico e cada vez mais especializado mobilizando, sobretudo, a crítica interpares. A forma contemporânea predominante de comunicação e de disseminação científica são os artigos, tendo como meio as revistas acadêmicas que, por sua vez, compõem bases de dados nacionais, regionais e internacionais.

Quando observamos o cenário acadêmico brasileiro, constatamos que a disseminação de artigos vem crescendo em progressão geométrica. Nosso país ocupa hoje o 18º lugar no mundo, quanto ao número artigos publicados em veículos indexados em bases internacionais, o que significa, comparativamente, uma boa performance (GUIMARÃES, 2004). Esse processo de desenvolvimento acompanha o incremento do número de Programas de Pós-graduação *stricto sensu* e a recorrente exigência desses cursos para que mestrandos e doutorados publiquem os resultados de suas pesquisas. Acrescendo a isso, existem critérios classificatórios cada vez mais rigorosos dos pesquisadores e das instituições, estabelecidos pelas Agências de Fomento e Avaliação, com base no número e na qualidade da produção científica, quando se trata de conceder financiamento de cursos e de projetos de investigação.

A pergunta básica que nos ocorre fazer é sobre o porquê de tanta ênfase e valorização da comunicação científica nos currículos individuais e institucionais, quando há outros meios de aferição de produtividade como é o caso das orientações de estudantes, da quantidade de aulas ministradas, de assessorias e de produção técnica. Essa resposta em si é simples, porém oculta uma série de interrogantes e de problemas. Creio que a maior valorização das publicações se deve, primeiro, ao fato de que a pesquisa é a alma do avanço científico e tecnológico. Segundo, porque disseminar as investigações é dar-lhes existência social. Existe hoje um consenso irretocável na comunidade científica sobre a necessidade de compartilhar a ciência que é construída nos laboratórios e em grupos de pesquisa, levando a uma conclusão radical de que ciência não-comunicada e não devidamente divulgada é ciência que não existe: ninguém pode adivinhar o que se passa na sala de um pesquisador se sua atividade investigativa não vem a público por meio de um formato consagrado internacionalmente (VESSURI, 2003). Autores como LAFUENTE et al., por exemplo, invertendo a tese cartesiana segundo a qual “*penso, logo existo*” escrevem

que no mundo científico: “*existo porque sou pensado e não porque penso*” (LAFUENTE et al., 1998).

No entanto, não é apenas a comunicação visando aos pares e sua disseminação em veículos científicos especializados que importam no mundo da Ciência e Tecnologia. Sem querer aplicar uma lógica utilitarista ao campo intelectual, é também consenso no mundo inteiro que, além de promover a socialização dos achados e, assim, o avanço do pensamento e das práticas, da avaliação e da crítica no seu próprio meio, os cientistas precisam divulgar os conhecimentos para o público em geral, utilizando linguagem acessível aos leigos. Por isso, frequentemente autores como (ALBAGLI, 1996) utilizam a expressão divulgação científica como sinônimo de popularização da ciência. A comunicação científica, portanto, além de permitir o diálogo interpares que ocorre por meio da sua disseminação em livros, artigos e meios eletrônicos, tem o importante papel de realizar uma espécie de alfabetização do público para a ciência. Isso ocorre cada vez mais, exigindo métodos e técnicas especializadas de linguagem comunicativa de massa em revistas, artigos e seções na grande imprensa e em jornais eletrônicos abertos ou institucionais. Essa atividade, no mínimo, tem duas conseqüências importantes: projeta o sentido e a utilidade pública das atividades científicas e cria, na sociedade, uma consciência sobre a importância do investimento nesse setor.

Em sua reconhecida obra KNORR-CERTINA (1981) ressalta que a comunicação infiltra a investigação científica e é responsável pela sua projeção. Portanto, é um *nonsense* falar em “ciência privada” ou numa ciência sem comunicação e sem disseminação.

Neste artigo, apesar de conceitualmente ter aberto o leque do conceito de comunicação, disseminação e de divulgação do conhecimento, falarei apenas da comunicação e da disseminação que são feitas pela revista científica e, por conseqüência, da práxis da publicação de artigos.

Ciência & Saúde Coletiva para a Sociedade

O título desta parte é o slogan da revista aqui descrita e que o leitor pode facilmente acessar na página www.cienciaesaudecoletiva.com.br. Ciência & Saúde Coletiva é um periódico bimensal da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). O termo “Saúde Coletiva”, que está presente tanto no nome da Revista como da Associação merece uma explicação. Simplificadamente “Saúde Coletiva” é sinônimo de “Saúde Pública” e todas as vezes que traduzimos o termo para o inglês ou para qualquer outra língua estrangeira remetemos a essa similaridade pois apenas no Brasil se usa a expressão “saúde coletiva” de forma institucionalizada. Como todo conceito que surge e se consagra historicamente, “saúde coletiva” remete aos processos de luta política da chamada “*Reforma Sanitária*” iniciada durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-1979) visando à universalização do direito à saúde a toda a população brasileira (TEIXEIRA, 1987; SCOREL, 1999). A noção

tomou corpo e criou sua própria identidade por meio da crítica ao conceito de “saúde pública” (TEIXEIRA, 1987) termo cujo sentido histórico sempre se vinculou às intervenções do estado para superar enfermidades que dizimam ou que afetam grupos populacionais específicos. O termo “coletivo”, objeto da politização considerada necessária para o avanço da “consciência sanitária” (BERLINGUER, 1978), na visão do movimento da reforma reunia não apenas o estado enquanto interventor sobre a sociedade vítima de epidemias e endemias, mas, principalmente, os movimentos e grupos que se organizam para defender e conquistar seu direito à saúde e para definir os parâmetros daquilo que consideram uma vida saudável. Em resumo, o termo “saúde coletiva” foi uma das consignas das lutas sociais pela Reforma Sanitária Brasileira e que se consagrou na chamada Constituição Cidadã de 1988. A expressão se perpetuou no nome da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) e passou a ser institucionalizado também nas Instituições de avaliação científica e de fomento como Capes, CNPq e Finep. Nada mais justo que conservar a mesma expressão no nome da Revista – *Ciência & Saúde Coletiva* – na medida em que esta é o órgão oficial de disseminação científica da Associação.

A expressão “para a sociedade” colocada à frente do nome da Revista, faz jus a essa instituição que, no decorrer de sua história iniciada em 1979, sempre teve como uma de suas mais importantes atividades, a socialização de conhecimentos na área de saúde coletiva, divulgando-os em congressos, seminários, livros, encontros e reuniões e visando à melhoria das práticas de atenção, de gestão e as políticas de saúde. No entanto, a discussão sobre a criação de um periódico impresso da própria associação só aconteceu no decorrer dos anos 1990. Esse desejo veio junto com o início do período de desenvolvimento da Pós-Graduação *stricto sensu* na área que se consolidou a partir da década referida. Tendo em vista que, no caso brasileiro, falar da Pós-graduação *stricto sensu* é falar igualmente do avanço da ciência e da tecnologia em todas as áreas do conhecimento, a decisão de criar a Revista *Ciência & Saúde Coletiva* correspondeu ao estágio de desenvolvimento do pensamento científico nesse campo. O desejo de promover essa iniciativa também teve respaldo na experiência da maioria das áreas científicas do país que, mesmo tendo outras revistas competindo com a divulgação de investigações e debates das disciplinas que representam, criaram seus próprios veículos de comunicação e de divulgação. A decisão de fundar uma revista, finalmente, foi tomada no segundo semestre de 1996. Essa criatura pensada, debatida e sonhada acaba de completar onze anos: de 1996 até 2001 foram editados dois números/ano. Nos anos subseqüentes, quatro números/ano. E a Revista iniciou o ano de 2007 publicando seis números anuais, correspondendo à crescente demanda do campo de conhecimento e evidenciando o aumento consistente da demanda por publicação nesse veículo.

Ciência & Saúde Coletiva configura-se como um espaço científico para publicação de debates, apresentação de pesquisas, exposição de novas idéias e de controvérsias

sobre a área. Em 2006, 108 artigos foram publicados (quatro números temáticos e um suplemento) assinados por 304 investigadores e profissionais da área. Houve um crescimento visível de participação de colaboradores quando se comparam, por exemplo, dados de 2002 (primeiro ano em que a revista passou a ser trimestral) no qual foram publicados 67 artigos com 162 autores. Em cada número há também participação de pesquisadores de países de língua inglesa, francesa e espanhola. Atualmente, o montante anual de artigos recebidos pela secretaria executiva está por volta de 500/ano tendendo a aumentar, pois em 2006 foram recebidos 545. Desde sua origem, a revista cumpre fielmente requisitos de periodicidade e de normalização seguindo a orientação da Convenção de Vancouver que geralmente é utilizada pelas revistas da área médica (C&SC, 2006).

No decorrer de 1998, a revista definiu sua personalidade (por isso consideramos os anos de 1996 e 1997 como uma espécie de pré-história) por meio de duas decisões editoriais importantes: (1) mudança no formato e na padronização. Além de uma nova organização de conteúdo e de espaço que permanecem até hoje, foi criada uma nova capa que lhe deu identidade, desde então, por meio de uma imagem da população brasileira (sintetizando a idéia de *ciência e saúde coletiva*) estilizada em meio eletrônico. (2) Houve também uma opção editorial de torná-la uma revista temática. Tal decisão teve por base a proposta da Abrasco de assumir, cientificamente, a discussão do estado do conhecimento sobre assuntos relevantes para o campo da Saúde Pública, investindo na divulgação de pesquisas e discussões públicas. Por isso, cada número inicia-se com um debate que reúne, em torno de um texto de referência, opiniões de cerca de seis especialistas. A finalidade desse debate é evidenciar temas controversos no campo da saúde e contribuir para seu esclarecimento. A seguir, vêm cerca de 10 até 15 artigos sobre um assunto tomado como foco; depois, temas livres (também artigos de pesquisa e revisão) de saúde coletiva; uma ou duas opiniões sobre pesquisas em andamento, informação sobre resultados de reuniões científicas ou uma a duas entrevistas. Ao final há resenhas de livros, sempre que possível, condizendo com o tema em foco. Cada número abrange no mínimo 25 artigos.

Do ponto de vista científico, a revista segue todos os trâmites reconhecidos internacionalmente. Possui (a) uma editoria científica e uma equipe de editoria executiva; (b) um corpo de editores associados que responde pelas áreas principais de desenvolvimento da *saúde coletiva/pública* no Brasil – epidemiologia, planejamento e gestão de saúde, ciências sociais e saúde, ciência e tecnologia e saúde e ambiente; (c) um Conselho Editorial composto por 72 pesquisadores-doutores das instituições nacionais de saúde de todo o território nacional e alguns representantes internacionais dos seguintes países (Argentina, Peru, Venezuela, Colômbia, México, Chile, Canadá, Estados Unidos da América, França, Inglaterra e Austrália); (d) e um corpo diversificado de consultores *ad-hoc*. É obrigatória a avaliação por pares de todos os textos.

Para cada número temático são convidados um ou mais editores, reconhecidos pesquisadores no tema em questão. Esses editores inicialmente produzem um *termo de referência*, estabelecendo o objetivo, o sentido e a importância do assunto em pauta, escolhendo os articulistas e debatedores. O termo de referência é preparado em comum acordo com a editoria científica (editor científico e editores associados) que o lê, o critica, opina sobre possíveis modificações. Uma vez aprovado, o termo de referência é divulgado dentro do cronograma anual da revista e os editores convidados passam a ser co-responsáveis pela produção do número em questão. Todos os pesquisadores convidados para escrever artigos temáticos, sabem que seus textos também passam por pareceristas e são conscientes dessa condição.

A escolha dos temas sobre os quais versam os números da Revista vem de várias inspirações. Alguns, por exemplo constituem demandas detectadas pelos editores frente a problemas que estão ocorrendo e necessitam de aprofundamento. É hora, então, de colocar a proposta para os mais importantes pesquisadores sobre o assunto. Esse foi o caso de números sobre (1) avaliação da Pós-Graduação em Saúde Coletiva; (2) análise da articulação entre saúde e ambiente no processo de desenvolvimento; (3) debate sobre prevenção da violência; (4) conceito de saúde como qualidade de vida; (5) análise das Políticas de Saúde pós-Constituinte. Fizemos outros números importantes também por demanda dos editores, por exemplo, (1) o que comemorou 100 anos de Saúde Pública no Brasil; (2) o que discutiu o impacto das novas descobertas da Genética para a Saúde Coletiva; (3) o que discutiu o SUS na prática; (4) o que aprofundou o debate sobre o coletivo e a a subjetividade na práxis da saúde; (5) dois que fizeram uma análise profunda dos dados das Pnad (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) 1998 e 2003; (6) o que se dedicou à Saúde do Homem e (7) às doenças não-transmissíveis.

Outros números são organizados por demanda de pesquisadores ou de gestores de saúde como foi o caso dos que tratam de (1) Pesquisa em saúde; (2) Saúde e Trabalho no Brasil; (3) Avaliação como estratégia de mudança na atenção básica e outros.

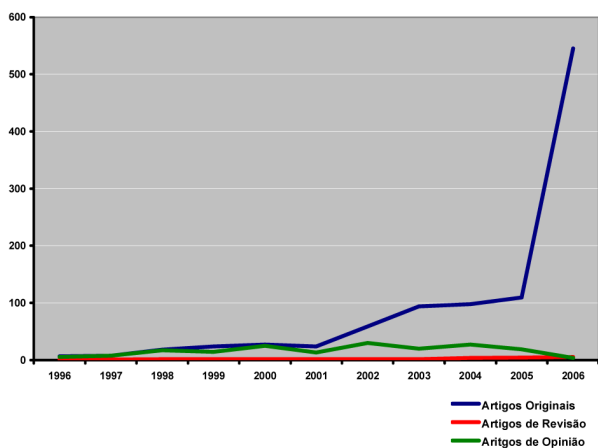
A tabela, a seguir, oferece uma síntese do comportamento interno da revista, mostrando a dinâmica de seleção do que vai ser publicado e como isso ocorre. Ou seja, como pode ser visto, a produção de uma revista constitui uma pequena empresa com complexas atividades e envolvimento de atores. E para cada artigo que é publicado - com sua personalidade e história própria - mais da metade retorna a seus atores porque não tiveram mérito ou não correspondem ao escopo do veículo. Uma boa porção, porém, é devolvida para aprimoramento de conteúdo e de forma. É importante ressaltar que esse movimento relacional tem uma função pedagógica insubstituível, apesar de todos os problemas de vies e de competição de pessoas e grupos freqüentemente assinalados pelos que têm seus textos questionados por avaliadores e editores científicos. Não existe perfeição. A seguir, apresento uma síntese da dinâmica editorial.

Tabela 1 - Síntese da dinâmica da revista

Conteúdo da Revista		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Artigos Originais		7	8	18	24	27	24	59	94	98	110	545
Artigos de Revisão		1	1	2	2	2	2	2	2	4	5	6
Artigos de Opinião		6	8	17	14	25	13	30	20	27	19	4
Anúncios		0	0	0	0	0	0	1	5	1	3	2
Notas Técnicas		0	0	0	0	0	0	5	5	1	1	-
Resenhas de Livros		4	3	4	4	10	6	11	5	10	12	5
Notícias Gerais		0	0	1	0	0	0	0	0	4	4	3
Comunicações		0	0	0	0	0	0	0	3	4	3	3
Dinâmica e Tratamento dos Artigos												
Artigos Submetidos		20	20	40	80	86	87	205	242	418	495	545
Artigos Aceitos		18	17	37	50	54	49	151	166	219	231	195
Artigos rejeitados		2	3	3	30	32	38	54	76	199	264	229
Tempo entre submissão/ aceitação (meses)		3	3	3	3	3	6	8	8	6	6	12
Tempo entre aceitação/ publicação (meses)		6	6	6	10	8	12	10	12	12	12	6
Números de pareceristas		22	22	22	10	10	22	78	86	113	118	162
Distribuição dos Fascículos												
doação	Bibliotecas Nacionais	6	6	40	40	60	30	30	60	35	35	42
	Bibliotecas Estrangeiras	1	1	10	10	12	20	40	40	15	15	23
assinatura	Bibliotecas Nacionais	6	4	4	10	25	47	48	56	47	64	86
	Bibliotecas Estrangeiras	1	0	4	3	6	3	3	4	4	8	40
	Sócios	1000	800	500	1850	2000	2500	2500	2580	1200	1250	425
	Não Sócios	20	20	520	20	680	398	398	1720	2048	2058	-
permuta	Revistas Nacionais	20	10	30	30	30	35	30	28	20	28	40
	Revistas Estrangeiras	10	10	40	40	40	40	40	25	15	12	38
	Vendas	40	50	53	100	100	300	280	420	330	380	410
Nível / Ano												
Perfil de Leitores e Assinantes												
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Doutores		380	420	770	800	935	635	740	1060	1510	2070	1850
Mestres		360	380	600	450	580	496	560	910	1364	1320	1412
Especialistas		280	288	478	410	565	418	418	1090	1556	2036	2350
Graduação		0	0	10	8	10	14	12	8	12	15	5
Técnicos		20	22	28	52	108	58	58	120	120	75	68
Profissões												
Médico		150	160	160	168	178	178	203	247	273	269	283
Sanitaristas		210	210	267	287	312	333	381	400	465	525	525
Biólogos		30	30	30	18	18	21	25	25	29	29	24
Enfermeiros		60	60	60	60	60	64	94	94	104	116	113
Pediatras		30	30	30	30	30	30	60	60	65	68	71
Professores de Pós Graduação		100	100	155	168	188	188	188	257	307	312	327
Coordenadores de Pós Graduação		20	20	20	20	25	25	30	35	50	80	61
Profissionais de Saúde Pública Geral		75	75	110	153	159	160	165	209	229	295	283
Bioestatísticos		40	50	80	108	108	138	148	156	180	180	208
Epidemiologistas		90	110	110	125	135	145	145	173	173	183	194
Odontólogos		10	10	12	10	10	0	0	26	36	66	42
Profissionais de Gestão em Saúde Pública		55	75	120	172	174	178	186	255	264	350	339
Profissionais de Medicina Preventiva		50	60	76	94	94	102	140	190	205	205	226
Cientistas Sociais		120	120	86	107	127	127	151	180	220	248	230

O gráfico 1 mostra uma tipologia dos textos publicados. Ressalto que a maioria deles corresponde à comunicação de pesquisas e, em segundo lugar, a revisões sistemáticas e debates. Essa seleção evidencia o dinamismo das atividades de pesquisa na área de Saúde Coletiva e o lugar especial que a divulgação das investigações crescentemente passou a ocupar.

Gráfico 1 - Tipologia do conteúdo da Revista



No que se refere ao perfil dos leitores, ao longo dos anos a revista foi se “elitizando”, o que é bastante compreensível por se tratar de um periódico científico especialmente procurado por doutores, mestres e estudantes de pós-graduação *stricto sensu*. Essa análise do perfil mostra presença quase nula dos leitores dos cursos de graduação, o que tem merecido reflexão e projeto de investimento do Conselho Editorial.

Fazer chegar a revista às mãos de quem a Associação gostaria que a lesse é um ponto crucial da política editorial e, possivelmente seja ainda o ponto mais fraco de Ciência & Saúde Coletiva. No Brasil há pouca tradição de investimento na divulgação científica para a sociedade, pois isso demandaria um direcionamento específico de marketing social, ainda pouco desenvolvido. É bem verdade que os meios eletrônicos vieram enfatizar, problematizar e di-

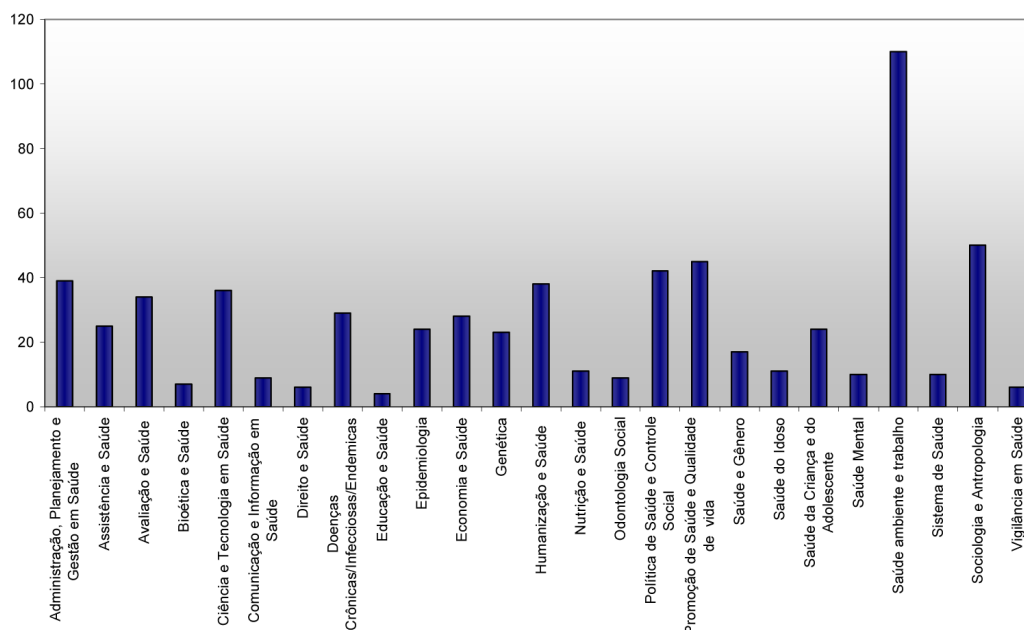
namizar a questão da divulgação e o amplo acesso social aos conhecimentos científicos, principalmente, os que são gerados com verbas públicas. As páginas web sem dúvida representam um avanço importante e são um sucesso. Por exemplo, a página www.cienciaesaudecoletiva.com.br completou um ano com mais de 40 mil consultas. A situação da divulgação de *Ciência & Saúde Coletiva* impressa é mais problemática, pois detectamos que há uma fatia muito importante de leitores que deveria ser focalizada e privilegiada e não o é: caso dos estudantes de graduação em todas as áreas das ciências da saúde.

Cada artigo recebido passa pelo seguinte fluxo: (a) é, em primeiro lugar, julgado por um crivo editorial quanto a sua pertinência ao escopo da Revista; (b) se pertinente, é protocolado, processado e enviado, sem nome e sem vinculação dos autores, a dois pareceristas que têm 20 dias para ser pronunciarem sobre seu mérito e qualidade. Atualmente os autores e colaboradores utilizam a página www.cienciaesaudecoletiva.com.br para os procedimentos de envio de artigo e avaliação.

O fluxo entre a submissão de um artigo e sua divulgação leva uma média de oito meses. Porém, combinando o processo escrito e o eletrônico e seguindo o exemplo de várias revistas internacionais, passamos a divulgar *on-line*, no prazo de 24 horas, os artigos aprovados. A padronização do formato e das normas de citação permite aos autores os citarem e receberem créditos imediatamente. Quando o artigo é publicado em papel e entra na base *SciELO* é, então, retirado da página da revista *on-line*.

O gráfico 2 apresenta o perfil do conteúdo publicado. Fiz um agrupamento dos temas privilegiando algumas categorias e tendências. Apesar dessa intervenção subjetiva, fica patente que os textos divulgados correspondem ao campo da Saúde Coletiva, onde, persistentemente se encontram problemas de delimitação de fronteiras. Neste periódico esse problema também ocorre, exigindo uma arbitragem delicada e cuidadosa em tais casos. No entanto, sempre que possível, privilegiamos a interface de disciplinas e áreas afins.

Gráfico 2 - Temas tratados na Revista de 1996 a 2006



O gráfico apresentado deixa à mostra a variedade de assuntos publicados. No entanto, alguns concentram as principais colaborações recebidas e aprovadas: saúde, ambiente e trabalho; promoção da saúde e qualidade de vida; políticas de saúde e controle social; avaliação em saúde; ciência e tecnologia em saúde; sociologia e antropologia da saúde.

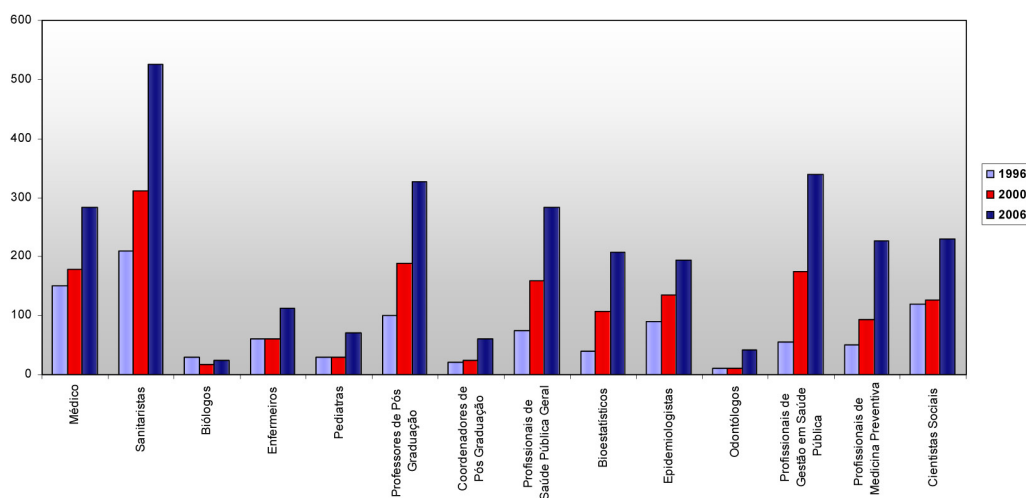
O gráfico 3 ilustra a inserção de nossos leitores no mundo profissional e científico.

Como pode ser observado, há um crescimento consistente do número de leitores. E a maioria deles corresponde exatamente ao perfil da revista e da área: sanitaristas e estudiosos de medicina preventiva e de saúde coletiva, profissionais de gestão, formuladores de políticas, professores e coordenadores de pós-graduação, médicos, cientistas sociais, bioestatísticos e, em menor escala, biólogos, odontólogos e enfermeiros. A classificação profissional é atribuída a si mesmo pelo próprio assinante. Um dos pontos problemáticos da revista é a sua divulgação para a sociedade em geral. Esse ponto tem sido objeto de discussão do Corpo Editorial sobretudo em relação aos estudantes de graduação no que tange à versão impressa. Pois estamos seguros de que nosso limite são os pesquisa-

dores e profissionais citados e às bibliotecas universitárias distribuídas pelo país e algumas do exterior. A versão eletrônica, no entanto está à disposição da população em geral e o “fale conosco” interage com leitores dos mais diversos estratos sociais e interesses. No entanto, consideramos que a socialização que deveria ser conseguida pela popularização de *Ciência & Saúde Coletiva* é um ponto a ser aprofundado e melhorado na política editorial.

Geralmente, um dos grandes problemas de uma revista científica é o seu financiamento. *Ciência & Saúde Coletiva* é financiada, em parte, pela Abrasco que a mantém através de assinaturas nacionais e internacionais, institucionais e individuais. Mais duas instituições, em toda a história do periódico, têm sido fundamentais para garantir seu sucesso, pontualidade na entrega e qualidade editorial: a Fundação Oswaldo Cruz que sedia sua secretaria executiva e a apóia institucionalmente e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) que, desde o seu início vem colaborando com parte dos financiamentos e avaliação, o que constitui, para nós, um selo de qualidade. Além dessas duas entidades, o Ministério da Saúde frequentemente colabora com o financiamento de números que lhe atendem a interesses específicos.

Gráfico 3 - Inserção profissional dos leitores e assinantes



A tiragem do periódico impresso é hoje de 3.000 exemplares, o que pode ser considerado um sucesso, pelo menos na América Latina. Além dos sócios da Abrasco, há cerca de 400 assinaturas institucionais e individuais e um elevado número de assinatura ou compras avulsas por parte de não-sócios. Um pequeno montante é destinado a permuta e a distribuição para bibliotecas nacionais e estrangeiras. Quando existe interesse de alguma instituição por números específicos, ocorre um aumento ocasional da tiragem. É o caso, por exemplo, do número que tratou de “*Saúde do Trabalhador: velhos e novos problemas*”, editado com o patrocínio do Ministério da Saúde e que demandou 2.000 exemplares extras, para serem distribuídos a todos os delegados da III Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores em 2005. Esse fato não é uma

exceção, ao contrário. Ocorreu recentemente também com um número específico sobre Pesquisa em Saúde, em que o Ministério pediu mais 1.000 exemplares para serem distribuídos na Segunda Conferência Nacional de Ciência & Tecnologia em Saúde.

Ciência & Saúde Coletiva está indexada na base SciELO desde 2002 e em várias outras bases, como: Lilacs (Biblioteca Latino Americana de Ciências da Saúde), Latindex (Sistema Regional de Información en línea para Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, Portugal e España), Red ALCyC (Rede de Periódicos Científicos América Latina y el Caribe, Portugal y España), Red ALyC (Red Latino Americana e Caribenha de Periódicos Científicos), CSA (Sociological Abstract), CAB International/Global Health Abstracts (Commonwealth

Agricultural and Applied Sciences database & Global Health International Public Health database), Repdisca (Sanitary Engineering and Environmental Sciences documentation collection) e Doarj (Directory of Open Access Journals); Sumário de Revistas Brasileiras e Free Medical Journal (Livre Acesso a Periódicos Médicos).

Para *Ciência & Saúde Coletiva* temos uma visão de futuro, pois toda “pequena empresa” tem que apostar no amanhã. Possuímos um plano de progressiva internacionalização, de aumento de parcerias e de ampliação e aprofundamento de sua divulgação. O respeito e o carinho dos autores e leitores, as sábias orientações do seu corpo de editores e conselheiros, a dedicação incommensurável de seu grupo executivo, o apoio das sucessivas diretorias da Abrasco já a tornaram imprescindível no mercado das idéias em saúde coletiva no Brasil, e em menor proporção na América Latina e no mundo. O formato temático da revista, captando os assuntos de profundo e indiscutível interesse para o debate e para conhecimento em saúde coletiva faz a diferença e lhe reserva um nicho privilegiado no fervilhar das idéias e das pesquisas em saúde.

A complexa tarefa da divulgação científica

A descrição da segunda parte deste artigo introduziu o leitor a um “que fazer” técnico-político que requer intenso investimento cotidiano e no médio e longo prazo. Infelizmente, o processo não finda, ou melhor, mal começa quando lançamos uma nova revista científica no mercado. É história comum à comunidade dos editores científicos a crônica da elevada “mortalidade infantil” dos veículos de divulgação científica. Para se estabelecer nesse mercado muitos verbos que indicam ação precisam ser conjugados (a) conquistar credibilidade; (b) atrair colaboradores reconhecidos previamente; (c) chegar perto dos leitores e transformá-los em colaboradores; (d) disputar caminhos nas bases de indexação que possuem elevado reconhecimento; (e) no caso do Brasil, conseguir um bom conceito na base *Qualis* das instituições de avaliação e fomento; e o mais difícil (f) conseguir internacionalizar a revista e sua presença em bases de dados internacionais, tradicionalmente respeitadas e que contam nas avaliações acadêmicas.

Cada um dos itens apontados e cada verbo conjugado significam a síntese de um esforço ingente para qualquer editor. Mas isso constitui responsabilidade e peso adicional para um editor de país em desenvolvimento (ou subdesenvolvido?), pois, como toda construção humana, a divulgação científica é permeada por mitos, por cantos da sereia e pelos mesmos processos de dominação (cultural, de área, de espaço geopolítico, dentre outros) de preconceitos e de desvantagens. Um dos mitos mais comuns nesse competitivo mercado é a idéia de que há superioridade de *per se* de periódicos publicados em língua inglesa, o que leva o colaborador a preferir o periódico “estrangeiro”. O que há de verdade nisso é que o “inglês” é a língua da ciência como o é do mercado de bens e de capitais, situação que, não necessariamente significa selo

de qualidade. Ora, o mito de que o que vem de fora ou é publicado no exterior é melhor torna muito mais difícil que um periódico brasileiro consiga ser indexado em alguma base de dados estrangeira de reconhecimento universal. Por exemplo, para se indexar no *Medline* não basta que uma revista brasileira cumpra todos os requisitos internacionalmente consagrados que salvaguardam e universalizam a comunicação científica. Ela vai competir com critérios internos dos gestores americanos (uma vez que essa é uma base de dados americana, criada pela e para a comunidade científica médica americana). O ato de estender o acesso a essa base para as revistas de ciências da saúde em âmbito mundial é um gesto importante, mas passa por arbítrio e por políticas editoriais formuladas por gestores daquele país (com razão). Outro exemplo, é o privilegiamento do ISI (Institute for Scientific Information) como fonte de distinção e classificação competitiva dos periódicos e dos pesquisadores brasileiros. O ISI é uma empresa privada de base de dados científicos muito importante, sendo a que goza de mais prestígio no mundo, atualmente. No entanto, seus critérios de “impacto” são freqüentemente questionados por editores e pesquisadores da área de ciétiometria e de políticas de ciência e tecnologia, por causa da rigidez de seus critérios e pelo círculo vicioso de seus procedimentos. Isso é evidenciado, por exemplo, por GUIMARÃES (2007), num brilhante artigo analítico publicado em modesto veículo de popularização da ciência:

“O uso continuado do ISI como fonte de análises quantitativas tem provocado um duplo problema. Em primeiro lugar, o mérito e/ou a relevância das contribuições científicas e tecnológicas é remetida a uma categoria difusa denominada “impacto”. Em segundo lugar, o tal “impacto” é indicado pelo número de vezes que um artigo é citado por outras pessoas em periódicos que são indexados na base de dados que desenvolveu a categoria “impacto”. (...) “Muito mais do que a imaginação, a originalidade, a invenção, a quebra de conceitos estabelecidos, o “impacto” como indicador de mérito ou relevância dessas pesquisas [Guimarães se refere a pesquisas brasileiras consideradas de maior impacto pelo ISI e que por ele são questionadas no mérito] decorre da maneira pela qual ela é realizada.” (GUIMARÃES, 2007).

Como mostra HABERMAS (1982) em sua obra sobre o assunto, todo o conhecimento científico enquadra-se na esfera dos interesses. E uma vez que não existe conhecimento desinteressado, o interesse permanece como fenômeno controlador e orientador do campo em que se manifesta. No caso de *Ciência & Saúde Coletiva* o motivo imediato que mobiliza os autores é sobretudo a necessidade de somar pontos a seus currículos, a seus históricos de pós-graduação e aos programas de mestrado e doutorado de que fazem parte. Por isso mesmo, todos os colaboradores pressionam direta ou indiretamente aos editores a constantemente aperfeiçoarem e ampliarem as bases de indexação de seus veículos. No entanto, como lembra HABERMAS, no mundo da ciência e da tecnologia, os atores têm que dar resposta técnicas comunicativas e emancipatórias a seus problemas. E seus interesses podem ser emancipatórios quando suficientemente ar-

gumentativos, justificadores e alcançam o maior número possível de parceiros.

Também para outros estudiosos da sociologia da ciência como BOURDIEU (1983) KNORR-CETINA (1981) e LATOUR et al. (1997), a ciência e a tecnologia configuram um campo de interesses e de poder. E esse poder é tão mais forte quanto mais a sociedade vai transformando Ciência e Tecnologia nos principais fatores de produção da sociedade pós-industrial (MINAYO, 2002). Ciência & Tecnologia é o “ouro” do século XXI. Os jogadores desse campo, portanto, competem por reconhecimento, prestígio e verbas. As formas de divulgação científica e a geopolítica da distribuição do poder científico repercutem também no *status* das revistas acadêmicas, mesmo quando esse processo de aparência “naturalizada” pela cultura se apresenta apenas como questão de mérito.

Em resumo, *Ciência & Saúde Coletiva* se coloca no interior do debate, da busca de aperfeiçoamento e da competição por verbas, por reconhecimento nacional e internacional e por aprimoramento de sua qualidade. Por nenhum instante, porém, nós, seus editores, desistimos de desenvolver seu papel social de contribuir para uma Ciência e Tecnologia em Saúde a favor da Sociedade Brasileira.

Conclusões

Encerro este artigo que apenas anuncia uma pequena parte dos problemas da comunicação, disseminação e divulgação científica chamando atenção para alguns pontos: (1) cuidar de uma revista é um trabalho de “formiguinha” que fascina pelos desafios que encerra sob qualquer ângulo de análise. Quando digo trabalho “de formiguinha” sustento que um periódico científico exige dedicação cotidiana que vai do aprimoramento dos procedimentos até a visão de estratégias para evitar a “mortalidade infantil” e garantir um lugar entre as melhores; (2) não basta o trabalho interno, entretanto. O empreendedorismo nesse campo significa ultrapassar a sala da editoria e ganhar os fóruns da política de Ciência & Tecnologia.

O editor científico tem que estar engajado, ao mesmo tempo, na busca do reconhecimento nacional e no processo de internacionalização de seu periódico. Internamente, porque a ciência tem que dar resposta a questões nacionais. Externamente porque a ciência assim como o capital (parafrazeando Marx) não tem pátria. Sua linguagem universal e seus procedimentos padronizados e regulados universalmente unem os quatro cantos do mundo. Nossas revistas estão aí para incrementar essa união; (3) no entanto, não nos iludamos. Ciência é também um campo de interesses. Muito embora, o mundo da ciência e da tecnologia tem a missão de dar resposta técnicas comunicativas e emancipatórias à humanidade (HABERMAS, 1982). Mas seu papel só pode ser emancipatório quando é suficientemente argumentativo, justificador e reúne com justeza o maior número possível de interesses na sua práxis. Portanto, a divulgação científica não é livre mesmo quando estamos cada vez mais criando um território de acesso universal.

É longo e íngreme o caminho que os editores trilham para conseguir dar um lugar ao sol a seus periódicos científicos. Faz parte dos escolhos do caminho desfazer mitos arraigados que têm levado muitos cientistas que formam opinião a menosprezar periódicos nacionais de grande mérito classificando-os com baixos escores e afastando deles nossos melhores pesquisadores. E faz parte da política científica voltada para o maior número de interesses, valorizar bases de dados sérias e confiáveis como o *SciElo*, visando aos passos necessários para que a Ciência construída no país seja concomitantemente divulgada, exposta, criticada e assim avance em benefício da sociedade brasileira.

Nota

1. Agradeço a Raimunda Mangas do Nascimento Mangas, a Telma Freitas da Silva Pereira, a Danúzia da Rocha de Paula e ao Thiago de Oliveira Pires, que contribuíram com a organização dos dados apresentados a respeito da Revista Ciência & Saúde Coletiva.

Referências bibliográficas

- ALBAGLI, S. Divulgação Científica: informação científica para a cidadania? *Ciência da Informação*, v.25, n.3, p. 396-404, set-dez, 1996.
- BERLINGUER, G. *Medicina e Política*. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1978.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983. p.122-155.
- SCOREL, S. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- GARVEY, W.D. *Communication: the essence of science facilitating information among librarians, scientists, engineers and students*. Oxford: Pergamon Press, 1979.
- GUIMARÃES, R. Qualidade, impacto e citação: uma relação obscura. *Radis – Comunicação em Saúde*, n.55, mar. 2007.
- HAHERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- KNORR-CETINA, K. *The manufacture of knowledge: an essay on the constructivist and contextual nature of science*. Oxford: Pegamon Editions, 1981.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida no laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1997.
- LAFUENTE, A.; SARAIVA, T.F.; FIGUEIREDO, T. Ciência, técnica e cultura de massas. In: MORÃO, J.L. et al. (Orgs). *O mundo ibero-americano das grandes exposições*. Lisboa: Editora Veja, 1998. p.31-38.
- MINAYO, M.C.S. Entre vôos de águias e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade. In: MINAYO M.C.S.; DESLANDES, S.F. (Orgs). *Camin-*

hos do Pensamento: Epistemologia e Método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 17-27.

REVISTA CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2006. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/sobre/index.php>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

TEIXEIRA, S.M.F. O dilema reformista na Reforma Sanitária Brasileira. **Revista de Administração Pública**, v.21, n.4, p. 94-115, out-dez, 1987.

VESSURI, H. Ciencia, comunicación y sociedad en América Latina. **Interciencia**, Caracas, v. 28, n.6, p.313-315, jun. 2003.



Sobre a autora

Maria Cecilia de Souza Minayo

Possui graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e pela State University of New York (1979), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). É pesquisadora titular da FIOCRUZ e professora na área de Saúde Coletiva com ênfase em Saúde Pública, nas seguintes áreas temáticas: Metodologia Científica, Antropologia da Saúde e Violência e Saúde. Além disso, é orientadora de mestrado e doutorado em Saúde Pública da ENSP e em Saúde da Mulher e da Criança do Instituto Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ) e do mestrado em Epidemiologia e Gestão de Saúde da Universidade Nacional de Lanus na Argentina. Possui vasta produção científica de artigos, livros, capítulos de livro e organização de coletâneas. Seus principais temas de atuação são: Pesquisa social, pesquisa qualitativa em saúde, metodologia científica, saúde e sociedade, avaliação de programas sociais e de saúde, impacto da violência sobre a saúde. Atualmente é coordenadora científica do Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (CLAVES), da FIOCRUZ e Editora Científica da Revista Ciência & Saúde Coletiva. Também é consultora da Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), do IDRC/Canadá, do CNPq e dos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Educação. E ainda é membro do Conselho Editorial dos seguintes periódicos: International Journal of Multiple Methods Research; Medicc Review; Salud Colectiva; Revista de Saúde Pública; Interface; Trabalho Educação e Saúde, e das seguintes Editoras Hucitec e Fiocruz.